

PAISAGEM, UM ENSAIO ENTRE HORIZONTES¹

Recebido: 27 de Abril de 2023 / Aprovado: 10 de Outubro de 2023

https://doi.org/10.14195/2182-844X_9_18

Paulo Reyes²

Arquiteto

Resumo

Este artigo parte da noção de Antropoceno para pensar o que significa “projetar a paisagem”. Mesmo entendendo que a categoria paisagem tem sentido polissêmico, transversal e multidimensional, o recorte interpretativo neste texto se dá na interface Filosofia e Arquitetura. A intenção é pensar o projeto da paisagem a partir da categoria horizonte em um sentido duplo: o espacial, dado pelo olhar na ação perceptiva, portanto, estética; e o temporal, dado pelos sentidos existenciais, constituindo um ser no mundo, portanto, ético. A aposta aqui é pensar a paisagem a partir de um processo dialético e paradoxal que ao sentido de projeto possamos incluir o seu contrário, o não-projeto.

Palavras-chave: Antropoceno; Paisagem; Duplo-horizonte; Projeto; Não-projeto

Abstract

This essay starts from the notion of Anthropocene to think about what it means to “design the landscape”. Even understanding that the category landscape has a polysemic, transversal and multidimensional meaning, the interpretative cut in this text takes place at the interface Philosophy and Architecture. The intention is to think the landscape design from the horizon category in a double sense: the spatial, given by the gaze in the perceptive action, therefore aesthetic; and the temporal, given by the existential senses, constituting a being in the world, therefore ethical. The bet here is to think the landscape from a dialectical and paradoxical process that to the sense of design we can include its opposite, the non-design.

Keywords: Anthropocene; Landscape; Double-horizon; Design; Non-design

¹ Este texto é resultado de uma pesquisa no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq “POIESE laboratório de política e estética urbanas”, sediado na Faculdade de Arquitetura e no PROPUR UFRGS, associado ao Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa a partir de um estágio de pós-doutoramento com financiamento CAPES PRINT – Edital Professor Visitante no Exterior Sênior 2019/2020 e a partir de diálogos com Adriana Serrão e Dirk Hennrich do Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0003-0198-1800>

paulo.reyes@ufrgs.br

Para iniciar...

“As colinas traiçoeiras por onde com pavor se aventurava, sem dúvida só as conhecia por tê-las visto de longe, da janela do seu quarto talvez, ou do topo de um monumento num dia de tristeza quando, não tendo nada de especial para fazer e buscando na altura um consolo, pagara seus três ou seis pence e subira penosamente a escada em caracol até a plataforma. Dali devia ver tudo, a planície, o mar, e depois até mesmo essas colinas que alguns chamam de montanhas, cor de anil em alguns lugares à luz do anoitecer, comprimindo-se umas por trás das outras a perder de vista, atravessadas por vales que não são vistos, mas se adivinham, por causa da gradação dos tons e depois por causa de outros indícios intraduzíveis em palavras e até mesmo impensáveis. Mas não se adivinham todos, mesmo dessa altura, e com frequência lá onde se vê uma só encosta, um só cume, há na verdade dois, duas encostas, dois cumes, separados por um vale. Mas essas colinas, agora ele as conhece, quer dizer ele as conhece melhor, e se algum dia chegar a contemplá-las de novo de longe acho que será com outros olhos, e não apenas isso, mas o interior, todo esse espaço interior que não se vê nunca, o cérebro e o coração e as outras cavernas onde o sentimento e o pensamento fazem seu sabá, tudo isso disposto de forma bem diferente. Parece um velho e dá pena vê-lo ir sozinho depois de tantos anos, tantos dias e noites doados sem conta a esse rumor que se levanta no nascimento e até mesmo antes” [...] (Beckett, 2007, p. 26).

Início este texto com essa imagem retirada do livro *Molloy* de Samuel Beckett. Em um determinado

momento do texto, o personagem que dá título ao livro observa à distância um velho se deslocar. Ao observar ao longe um velho se movimentar lentamente em uma paisagem constituída de montanhas e vales o perde de vista e volta a reencontrá-lo nesse jogo de revelar e esconder que só a distância do horizonte e do olho que observa permite fazer. Mas não há nessa narrativa só a dimensão espacial que o horizonte permite revelar e esconder, há também a dimensão temporal de um homem que se olha na sua finitude e pensa sobre sua existência. Não se fala só do olhar, mas daquele espaço interior da alma que habita as cavernas mais profundas da natureza humana.

É a partir dessa dupla dimensão do sentido de horizonte que segue minha reflexão: a paisagem constituída por esses dois horizontes – o espacial, dado pelo olhar na ação perceptiva, portanto, estética; e o temporal, dado pelos sentidos existenciais, constituindo um ser no mundo, portanto, ético. Ou seja, uma relação que não abandona o horizonte do olhar [a natureza vista], mas sobretudo, aponta para um horizonte da existência [uma natureza possível]. É por uma espécie de cartografia do sentido de paisagem dado pelo campo da filosofia que se pretende avançar neste texto ensaístico.

Pretendo, a partir desse eixo interpretativo que denomino duplo-horizonte, pensar o projeto da paisagem na perspectiva da Arquitetura. A meu ver a Arquitetura se instala como uma espécie de autorização absoluta sobre a natureza a partir de uma noção de resolução técnica científica no sentido de organizar o habitat humano. Habitar a Terra como um ato de desbravamento e de produção de novas paisagens. É como se tomássemos a

Terra como algo a ser conquistado e domesticado. Nessa perspectiva, a Terra é inimiga e a paisagem é pensada como unidade compositiva que é organizada pela Arquitetura. Portanto, a Arquitetura transforma e produz paisagem a partir de uma lógica de apagamentos, substituições e adensamentos, numa perspectiva de exploração e esgotamento dos recursos naturais. Tudo é transformado e transformável.

Portanto, o objetivo deste texto é pensar o que significa projetar a paisagem? Por qual sentido de projeto é possível pensar a paisagem em um contexto do Antropoceno? A aposta aqui é pensar a paisagem a partir de um processo dialético e paradoxal que ao sentido de projeto possamos incluir o seu contrário, o não-projeto. Ou seja, um projeto que não se instale como uma única narrativa discursiva e que permita uma abertura para outros olhares. Não falamos de projeto, mas de processos de projeto. Não temos um substantivo, mas um verbo, ou seja, não temos um ser, mas um por-ser. Não há um sujeito que opera ou conduz a ação, mas, tal como os personagens de Samuel Beckett, as ações conduzem os sujeitos – sujeitos esses sempre partidos. Adentremos ao texto! Não antes de apresentar uma premissa: os estudos filosóficos mais recentes ao postarem uma crítica à noção de paisagem, como aparece em Georg Simmel como ato perceptivo, tomam essa restritivamente e acabam por produzir o seu efeito contrário: o abandono do sentido de horizonte pela supremacia da ideia de ambiente.

Pensar a paisagem eliminando o ato de olhar produz, a meu ver, uma sobreposição conceitual entre paisagem e ambiente em benefício do último. É

preciso fazer uma reconciliação com a percepção dada pelo horizonte. Acredita-se que pensar a paisagem como um duplo-horizonte, seja a possibilidade de recuperar o sentido inicial dado pelo pensamento de Simmel, permitindo uma maior complexidade nessa abordagem conceitual.

Pela filosofia da paisagem...

A paisagem foi objeto de operações pictóricas principalmente nos paisagistas do século XV, mas só no início do século XX é que se constitui como um problema filosófico, a partir do pensamento de Georg Simmel. Gostaria de adentrar nessa problemática seguindo os traços cartográficos organizados por dois importantes pensadores da paisagem: Adriana Serrão e Jean-Marc Besse.

A filósofa portuguesa Adriana Serrão afirma que o estudo da paisagem ocorre principalmente em dois campos disciplinares – pela ciência, enquanto objeto e fenômeno natural; e pela arte, como produção de imagens, sustentando respectivamente a pesquisa naturalista e a pesquisa artística. Desse modo, a noção de paisagem ganha amplitude e uma certa elasticidade conceitual, segundo valores disciplinares, resultando não só em enfoques diversos, mas metodologias e procedimentos muito distintos de acordo com cada especificidade – as ciências da natureza, pensando a paisagem de maneira mais objetiva e material; e as ciências do espírito, abordando de modo mais subjetivo. Em ‘Filosofia da paisagem: uma antologia’, Adriana Serrão inicia o texto a explorar esses múltiplos sentidos de paisagem, localizando como lugar natural e aprazível que se apresenta ao usufruto humano; como território que se apresenta

ao olhar; e como representação pela pintura. Também no pensamento do filósofo francês Jean-Marc Besse a noção de paisagem aparece com sentido polissêmico. No texto ‘As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas’ do livro ‘O gosto do mundo: exercícios de paisagem’ (2014a), o sentido de paisagem ganha esse aspecto aberto e sobreposto, recortando o sentido de paisagem em representação; obra humana; meio ambiente; experiência e projeto.

Pensemos juntos deles que a paisagem é polisêmica, multidimensional e transversal. A cada intenção de recortá-la por um campo disciplinar algo escapa e uma dimensão da paisagem se perde: se a poética recorta pelo belo e pelo sublime algo das camadas geológicas constitutivas se perdem; se a geologia recupera essa dimensão algo da poética se perde; se a geografia recorta pelo espaço algo se perde da consciência da experiência do corpo, e assim sucessivamente, incluindo as transformações radicais operadas pelas ações do projeto no campo da Arquitetura. Ainda seria possível incluir outras dimensões que desaparecem nesses recortes disciplinares. No entanto, o que nos interessa aqui é pensar a paisagem levando em conta sua face dinâmica, sobreposta e complexa. Podemos, então, como exercício reflexivo, compatibilizar essas duas abordagens, traçando elos de contato como modo de produzir categorias interpretativas: é possível aproximar a representação em Besse com o sentido de olhar em Serrão e sintetizar em ‘olhar a paisagem’; da mesma maneira, o sentido de meio ambiente e experiência em Besse pode ser compatibilizado com a ideia de lugar em Serrão, sintetizando em

‘viver a paisagem’; por fim, a ideia de obra humana e projeto em Besse é passível de equivalência com a ideia de representação em Serrão, sintetizando em ‘projetar a paisagem’. Em suma, estamos a refletir sobre a paisagem a partir dessas ações interconectadas: olhar, viver e projetar. Pensar a paisagem por ações, nos permite abrir poros nos campos disciplinares, operando transversalmente.

Avancemos em uma espécie de cartografia de sentidos de paisagem. É possível reconhecer essas ações em estudos filosóficos ao longo do século XX e início do XXI. Adentremos por esses pensamentos a esburacar sentidos que possam ser entrecruzados com a noção de duplo-horizonte posto aqui.

Adriana Serrão considera que o sentido de paisagem como categoria filosófica vai ter origem só em 1913, com Georg Simmel, no ensaio ‘Filosofia da Paisagem’. Para Simmel, mesmo que reconheçamos árvores, rios, montanhas, como elementos da natureza, ainda assim não temos paisagem. A paisagem só se constitui no espírito humano quando este contempla a natureza como conjunto. Não só como conjunto, mas Simmel utiliza também termos como, singular, unidade, parcela, secção, unidade auto-suficiente, para significar paisagem como um modo de captura finita da natureza infinita. Paisagem para ele, é um-para-si. Não é um objeto fora do sujeito, mas uma ação de ‘enformar’ a natureza.

A natureza, ao contrário, é entendida por ele como algo infinito que se expressa como uma continuidade existencial. Ou seja, a natureza é um *continuum*. Por isso, Simmel argumenta que

pensar a natureza como uma porção é em si uma contradição. “A natureza não tem frações; é a unidade de um todo, e no momento em que dela algo se aparta deixará inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir como uma onda da torrente conjunta que é a “natureza” (Simmel, 2009, p. 06). A paisagem, então, se recorta desse *continuum* como um ser-para-si, como um ato do espírito. Como Simmel diz, na paisagem se apresenta uma disposição anímica. Então, a paisagem é essa demarcação que recorta em um instante no horizonte uma parte desse continuum. E recorta como um ser-para-si que é da ordem estética.

Adriana Serrão destaca que o sentido de paisagem em Simmel “não corresponde em si mesma a um objeto perceptivo delimitado. Trata-se de uma peculiar forma de aprender as coisas naturais, que, justamente enquanto forma, reside no espírito e não nas coisas; não é um dado em-si, mas implica um para-si” (2011, p. 17). Mais adiante no texto, continua ela, a paisagem, a partir de Simmel, está posta como um problema que deve ser pensado como formação anímica. Assim, a paisagem sai de uma posição “temática”, como algo dado, para se constituir como um problema de compreensão do mundo. A leitura que Besse tem de Simmel também reforça essa leitura da paisagem como algo que “não existe em si, mas na relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da apropriação cultural do mundo” (Besse, 2014, p. 13).

Segundo Serrão, Joachim Ritter também pensa a categoria paisagem relacionada à natureza, reforçando esse tom pela estética que surge em Simmel. Para Ritter, “paisagem é natureza que se

torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível e sentimental” (Ritter, 1963; in Serrão, 2011, p. 105). Esse olhar estético tem um sentido kantiano de contemplação fruidora sem um objetivo ou fim prático. Tal qual em Simmel os elementos da natureza isoladamente não se constituem paisagem, somente na contemplação humana do mundo, tornada essa livre das finalidades práticas na contemplação fruidora. Nesse sentido, a paisagem não se apresenta como objeto da ciência da natureza, mas como algo que é da ordem da sensibilidade humana, portanto, estética.

Se para Simmel a paisagem é o modo de apreender e delimitar a natureza para si e não algo fora de si, para Ritter esse modo é sempre um ato estético. E a relevância desse tipo de mediação é porque “ao nível da sensibilidade e da produção estética, a poesia e a imagem dão testemunho do que sem a sua mediação escapa e desaparece. O que deste modo acontece esteticamente encontra a sua justificação, não na subjetividade fechada sobre si mesma, mas na necessidade de fazer emergir, de tornar presente, o que de outro modo ficaria por dizer e por ver” (Ritter, 1963; in: Serrão, 2011, p. 110).

Nessa mesma direção, paisagem como unidade de apreensão e como uma forma *a priori*, está a posição de Rosario Assunto. No entanto, Assunto vai fazer uma distinção entre paisagem, território e ambiente. No texto ‘*Paesaggio, Ambiente, Territorio. Un tentativo di precisazione concettuale*’ de 1976, ele entende território como “uma extensão mais ou menos vasta da superfície terrestre, que pode ser delimitada segundo divisões geofísicas”

(Assunto, 1976; in: Serrão, 2011, p. 126). Por ambiente, entende as condições de vida oriundas das características geomorfológicas do território, apresentando dois aspectos: um biológico e outro histórico-cultural. Por paisagem, compreende “a ‘forma’ na qual se exprime a unidade sintética *a priori*” (Assunto, 1976; in: Serrão, 2011, p. 128). Ou seja, é o modo como a ‘matéria-território’ e a ‘vida-ambiente’ se apresentam como unidade sintética à consciência de um sujeito. Assim, reforça o sentido posto originalmente por Simmel, como modo de apreensão.

Com a introdução e diferenciação de ambiente e paisagem, Assunto traz ao debate a crítica à visão de paisagem como um simples ato de fruição. Posição que faz eco na concepção de paisagem em Arnold Berleant. Berleant na tentativa de apresentar uma noção de paisagem que saia do âmbito perceptivo e do campo do olhar, vai traçando relações de aproximações e diferenças com a noção de ambiente. Ele parte de uma distinção escalar. Nesse sentido, por um lado, o ambiente se apresentaria de modo mais geral, incluindo os humanos na interface com múltiplos fatores; situação essa que daria condição à vida. Por outro lado, a paisagem seria mais particular e imediata, com características de um ambiente individual e mais específico, tomando a presença humana como um ativador perceptivo. A paisagem estaria para ele, então, mais próximo de um ambiente vivido.

Com essa concepção de paisagem para além do olhar, mas em relação a um sentido que posiciona o corpo na paisagem e não fora dela, Berleant opera seu pensamento utilizando os conceitos de belo e sublime em Kant. No texto *‘The aesthetics of*

art and nature’ de 1993, ele parte de uma crítica à visão kantiana de estética como sendo uma apreciação desinteressada sobre algo que se apresenta à frente e à distância para pensar essa estética a partir da relação entre sujeito e ambiente juntos. Sua reflexão se sustenta a partir do seguinte questionamento: “será que a apreciação estética cessa quando entramos num percurso e nos movemos na paisagem, ou caminhamos ao longo da alameda? [...] o distanciamento, que é uma parte tão importante da apreciação tradicional, é difícil de obter quando estamos rodeados pelo “objeto”” (Berleant, 1993; in: Serrão, 2011, p. 286). Para ele, a noção de estética sustentada pela ideia de contemplação à distância não se sustenta quando enfrentamos as experiências apreciativas da natureza e na natureza. Portanto, esse envolvimento não permite o ‘enquadramento’ ou o ‘colocar em foco’, na visão dele.

Berleant recupera a noção de sublime em Kant para expor uma faceta da natureza que não se deixa contemplar pelo olhar desinteressado. Por outro lado, o sublime impõe ao humano além de uma sensação de impotência de apreensão, também uma incapacidade e limitação técnica de captura e de transformação da paisagem. Berleant afirma que “a imensidão do mundo natural não nos cerca apenas; assimila-nos. Não somos só incapazes de sentir limites absolutos na natureza; não conseguimos distanciar-nos do mundo natural com o propósito de o julgar com total objectividade” (Berleant, 1993; in: Serrão, 2011, p. 292). Essa é a ideia de Berleant: a natureza não está fora para ser observada, mas estamos nela, portanto, ela nos assimila. E assim, “a marca estética de todos estes momentos não é a contemplação desinteressada,

mas um envolvimento total, uma imersão sensorial no mundo natural que alcança a ainda invulgar experiência de unidade” (Berleant, 1993; in: Serrão, 2011, p. 294). Ou seja, para Berleant, o sublime favorece uma estética que está comprometida eticamente.

A aproximação ao conceito de ambiente tão fortemente presente em Berleant, por vezes, produz um esvaziamento da dimensão estética, resultando em um ruído conceitual entre ambiente e paisagem. Para pensadores ambientalistas como ele, a pontuação no olhar tanto em Simmel quanto em Ritter para a ideia de paisagem, não é possível, pois argumentam que o sujeito já está na paisagem e não frente a ela como um momento de apreciação.

No entanto, a meu ver, esquecem que o reforço na dimensão estética é menos um recorte e uma primazia do olhar e mais a possibilidade de um ‘sair-de-si’. E o sentido de sair-de-si possibilita que a experiência existencial se instale como um todo [sujeito-natureza]. Esses críticos deixam escapar que para Simmel é “duplamente errônea a cisão entre um eu que vê e um eu que sente. Como seres humanos integrais, estamos perante à paisagem, natural ou artística, e o acto que para nós suscita é, de forma imediata, contemplativo e afectivo, que só na reflexão ulterior se cinde nessas particularidades” (2009, p. 17).

Berleant ao aproximar paisagem de ambiente por vezes perde de vista a noção de profundidade que a paisagem carrega desde sempre. É justamente isso, a meu ver, que não é possível dizermos que temos paisagem ao longo de uma rua no meio de

um centro urbano. Acredito que Jean-Marc Besse consegue pensar paisagem e ambiente mantendo essa preocupação, incluindo a profundidade.

O entendimento que Besse dá à noção de paisagem e ambiente vai mais além deste posto por Assunto, intensificando a noção de corpo assimilado e reforçando um sentido existencial. Nas palavras dele, “a paisagem se deixa ver, mas, além do simples pitoresco, na ordem própria da visibilidade que a paisagem oferece, o ser humano, ao situar-se nela visualmente, nela descobre as dimensões do seu ser” (Besse, 2014b, p. 92). Nesse sentido, a paisagem não é um ambiente fechado. Pelo contrário, ela se manifesta e se desdobra como uma abertura a um horizonte. Para ele, a profundidade aqui expressa pelo horizonte é o que vai determinar a paisagem não só como ato de olhar, mas como ato existencial.

Essa noção existencial de paisagem encontra aceitação no pensamento de Augustin Berque. Para ele, a noção de paisagem ganha amplitude para pensá-la não só como unidade de apreensão, mas como lugar, ou ainda, como lugar existencial. Aqui Berque acolhe o sentido de unidade de apreensão já posto por Simmel. Em 1993, Augustin Berque no seu texto *‘L’écoumène, mesure terrestre de l’Homme, mesure humaine de la Terre: pour une problématique du monde ambiant’*, pensa a paisagem instaurando a noção de ecúmena para refletir sobre a parte da Terra ocupada pela presença humana. Nas palavras dele, “a noção geográfica de ecúmena procede, com efeito, da ideia de habitar (*oikos* = casa), isto é, da relação que funda a presença do Homem sobre a Terra, e o que está atualmente em jogo na crise ecológica, social e

política da nossa civilização é precisamente essa relação” (Berque, 1993; in: Serrão, 2011, p. 187). Isso aponta, segundo ele, para um problema de medida e de gestão, ou seja, dessa relação mútua entre a humanidade e o planeta no que diz respeito à porção habitada e suas consequências.

Nessa perspectiva, pode-se deduzir que o problema da paisagem se encontra mais no mundo fenomênico do que em um mundo físico (apartado do sujeito), a fim de expressar essa relação entre sujeito e a Terra. A partir do conceito *fûdosei*, criado por Watsuji Tetsurô, Berque elabora a noção de mediância para expressar essa relação.

O sentido de mediância articula e entremeia em um mesmo momento o subjetivo e o objetivo, conjugando “três níveis: o do em-si das coisas e da natureza (a extensão do mundo físico ou objetivo); o das relações ecológicas que ligam a espécie humana ao seu ambiente, e o da paisagem, onde atuam as relações de ordem simbólica, pelas quais uma cultura naturaliza a subjetividade colectiva” (Berque, 1993; in: Serrão, 2011, p. 193).

À noção de mediância, Berque acrescenta a ideia de trajetção como um movimento que produz essa relação, resultando uma realidade trajectiva. Essa ideia de mediação aparece também no pensamento de Jean-Marc Besse em ‘Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia’. Para Besse, esse papel de mediação que a paisagem expressa instala a natureza como mundo para o homem. No entendimento dele, “a paisagem não é um lugar fechado em si mesmo, mas é o que abre o olhar para um além, para uma inconclusão que é propriamente abertura do sentido e da

história, e não fechamento sobre o gênio de um lugar” (Besse, 2014b, p. 93).

Paisagem como movimento para um além-de-si aparece também em Eric Dardel. Para este, “a paisagem é um escape para toda a Terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte. Não uma linha fixa, mas um movimento, um impulso” (Dardel, 2015, p. 31). Estamos aqui com Dardel com um sentido de paisagem que vai para além do olhar como já visto em Berque e Besse. Estamos na paisagem como horizonte existencial. “A paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social. Nos países da morte lenta, a fome impõe sua presença lúgubre e obsessiva à paisagem inteira” (Dardel, 2015, p. 32).

Da ideia de paisagem como existência, acrescentamos outro sentido que está mais próximo ao campo disciplinar da Arquitetura que é o operativo. Eugenio Turri, em 1998, no texto ‘*Il paesaggio come teatro. Dal territorio vissuto al territorio rappresentato*’, posiciona a paisagem na esfera da cultura e das suas representações. Turri considera que, a partir do debate sobre a proteção ou o planejamento da paisagem feito na Itália, é possível pensá-la como “referencial do nosso projetar e construir territórios, da nossa relação com a natureza, mais do que ser o objetivo, o fim último do nosso operar” (Turri, 1998; in: Serrão, 2011, p. 169). Nesse sentido, ele posiciona paisagem como representação, utilizando a imagem do teatro como metáfora que organiza um ‘agir e um contemplar’ como ações humanas frente à natureza. É na interface

entre o fazer e contemplar o que se faz que se apresenta o sentido de paisagem posto por Turri. Com a inserção da ação vinculada ao ato de ver, Turri aproxima a paisagem de um problema de projeto. Ou seja, sobre as operações na paisagem, entendida aqui como ação-contemplação.

Em suma, temos a paisagem em Simmel como forma de apreensão e delimitação finita da natureza que é infinito, sendo também algo para o sujeito e não um objeto em si; como ato estético em Ritter, como a livre fruição sem sentido utilitário de um sujeito que contempla a natureza; para Assunto, é o modo como a ‘matéria-território’ e a ‘vida-ambiente’ se apresentam como unidade sintética à consciência de um sujeito; em Berleant como ambiente que nos assimila; em Berque, através da figura do *ecúmena* para descrever a parte da Terra ocupada pela Humanidade; com Turri, a paisagem como teatro, na interface entre agir e observar, apontando para o projeto.

Paisagem como duplo-horizonte...

No sentido de paisagem que estou buscando não há um sujeito e algo fora dele como possibilidade de ver, perceber, sentir e se deixar afetar, mas pelo contrário, o que existe é uma ação que dissolve as superfícies do sujeito e do objeto, tornando-os uma coisa só. Falamos, então, em existência. Uma existência marcada pelo duplo sentido de horizonte; um estético e outro ético.

É preciso compreender a paisagem para além de um sentido só estético, mas também ético. Pelo sentido ético a paisagem não é algo fora, mas um-para-si. Algo que diz respeito ao sujeito.

Portanto, é ético além de estético. E é pelo sentido ético que o corpo pode se sentir parte da paisagem como algo constituinte e comprometido com essa paisagem vivenciada. O sentido estético presente no ato perceptivo da paisagem não se exclui quando encontra o sentido ético presente na experiência na e com a paisagem. Esses sentidos [estético e ético] não se eliminam, mas se sobrepõe, produzindo uma espécie de palimpsesto.

Nesse sentido, a experiência da paisagem é menos um olhar a algo que se posta à minha frente como um objeto e mais uma possibilidade de expansão da percepção; ou seja, menos o que olho e mais o que me deixa ir. Por isso, não estamos frente a uma paisagem quando estamos olhando a configuração urbana a partir de um estar na rua, porque nesta situação há um aprisionamento do olhar que é limitado pelas superfícies das edificações. A experiência do horizonte nos coloca em movimento e não nos imobiliza. Estamos aqui como um “ser de distância”, como reflete Michel Collot. Para ele, “só o homem mantém, frente ao seu meio, a distância necessária a uma visão de conjunto e à abertura de um mundo comum, que ultrapassa os limites do território” (Collot, 2013, p. 19). O sentido de paisagem para Collot implica, tal como para Simmel, um sujeito-fora-de-si, rompendo a dicotomia sujeito-objeto, produzindo um movimento de abertura ao outro e ao mundo. Há nisso, uma delimitação da paisagem que é feita pelo horizonte. Mas essa limitação é sempre móvel, nos ensina Collot. Esse sentido de horizonte ecoa com o pensamento de Jean-Marc Besse quando este apresenta a ideia de horizonte como profundidade. Seguindo nessa linha de raciocínio posta por Collot e Besse, pretendo pensar a

paisagem pela noção de horizonte como categoria de reflexão.

Retomemos, assim, a ideia central que dá sentido a este texto: o duplo-horizonte e a perspectiva de um ato de projeto. O horizonte na paisagem é sempre uma aproximação e consciência de uma finitude seja pela percepção de um campo visual, seja pela consciência de uma finitude existencial; e o ato de projeto é sempre um motor transformador, mas que deve ser responsabilizado por essas modificações da paisagem.

Pensemos, então, a paisagem não só como composição em um horizonte espacial que nos localiza no mundo como ser e estar, mas como sentido existencial de um horizonte temporal que nos localiza no mundo como passagem – horizonte espacial que nos permite tomar-para-si isso que está alhures, mas presente ao meu olhar; horizonte temporal que nos permite tomar-para-si o que está dado como limite de uma existência. Posicionar o horizonte como aquilo que nos faz sair de nós: um sujeito que sai de si e está em direção a algo que não existe enquanto objeto. Assim, a experiência da paisagem é a consciência de uma conexão entre corpo e mundo naquilo que nos torna uno, ou seja, é pelo próprio sentido de natureza e dessa tomada pela paisagem que se produz um elo conector entre um eu e um para-fora-de-si.

Pensemos as produções e alterações da paisagem feitas pelo projeto no campo disciplinar da Arquitetura. A Arquitetura transforma a paisagem em categoria operacional a partir da demonstração de um saber-fazer que é da ordem da reorganização da natureza pelo desenho. Desenho

aqui entendido em seu sentido projetivo. E nesse contexto, a Arquitetura é o *modus operandi* que permite que o inabitável possa receber uma formalização pelo projeto.

A Arquitetura se instala como uma espécie de autorização absoluta sobre a natureza a partir de uma noção de resolução técnica científica no sentido de organizar o habitat humano. Habitar a Terra como um ato de desbravamento. É como se tomássemos a Terra como algo a ser conquistado e domesticado. Nessa perspectiva, a Terra é inimiga e a paisagem é pensada como unidade compositiva que é organizada pela Arquitetura. A Arquitetura transforma e produz paisagem a partir de uma lógica de apagamentos, substituições e adensamentos, numa perspectiva de exploração e esgotamento dos recursos naturais. Tudo é transformado e transformável.

“Ao habitar a cidade, a construímos como uma escrita coletiva – uma grande narrativa que se constitui com suas diferenças, mas que, acima de tudo, se afirma como um direito adquirido e formalizado. Compramos lugares de acordo com nosso poder aquisitivo. A distribuição das diferenças sociais ao longo da cidade marca esses também diferentes territórios que se arranjam dentro dessa lógica formal de acesso à terra como um direito adquirido.” (Reyes, 2019, p. 04). É como se comprássemos o direito de transformar e habitar a natureza. “O projeto vem como a aposta de um viver melhor e se apresenta como um dos instrumentos legais que produzem as condições ideais desse novo habitar. É o projeto que abre as parcelas urbanas, que produz terrenos habitáveis, que cria condições para a implementação de infraestrutura

– tudo preparado à espera do morador. Tudo é projetado, desde que se tenha a permissão da lei, e a posse da escritura é a autorização do acesso ao habitar.” (Reyes, 2019, 05).

Talvez uma alternativa de pensar a Arquitetura de outro modo, seja aceitando a provocação proposta no evento ‘Antropocênica 2022 – Lisboa’ expressa pelo conceito de ‘Anarquitectura’. Segundo Hennrich (2022), “pensar a Anarquitectura como o porvir anárquico da Arquitectura, significa a abertura de um habitar infundado e, portanto, a exigência e a possibilidade de uma relação não possessiva para construir a contingência da vida humana, de instaurar uma ética prática, um habitar transitivo como um renovado habitar com a Terra”.

Uma postura anárquica da Arquitetura, ou uma Anarquitectura tal qual anunciada nos pressupostos do presente evento “Antropocênica”, não se manifesta como uma simples negativa ao fazer, mas, a meu ver, é preciso pensar a Arquitetura a partir de um paradoxo entre um fazer e um não-fazer já no seu enunciado de projeto. É como diria Bartleby, personagem de Melville, preferiria não. “Preferiria não”, não significa uma negativa e recusa ao projeto, mas estabelecer a sua suspensão e levar o ato de projeto para uma promessa e não a uma resolução premeditada. Como diria Dirk Hennrich, “instaurar uma ética prática”.

Instaurar uma ética prática, significa para mim, abrir um olhar para as diferenças e marginalidades, e isso inclui a natureza e o humano, que se oferecem ao processo de elaboração da Arquitetura já no início do processo de projeto,

no seu enunciado. Mesmo que para isso, se opere pelo contraditório. Relacionar com isso, a noção de “comprometimento” de Berleant como uma posição ética na ação de projeto, considerando que não transformamos a natureza, mas a natureza é que nos transforma. Não atuamos embelezando a natureza esteticamente, mas aprendemos a respeitá-la pelo sublime.

É preciso incluir na pauta de projeto as implicações sócio-ambientais que determinadas ações arquitetônicas produzem. Ou seja, a cada nova existência produzida pela Arquitetura, outras tantas desaparecem ou são removidas. É preciso trazer à cena os desaparecimentos. É preciso imaginar novos enunciados, que estão menos vinculados à técnica e mais próximo à política – entendido o ato político como aquilo que expõe um dano a partir de uma cena.

Aqui entendo cena no sentido dado por Jacques Rancière, como o momento do aparecer, ou seja, como a criação de uma situação que dá visibilidade a uma injustiça, ativando novos enunciados. E nesse sentido inclui o outro, pelo menos, como pauta de uma nova narrativa.

Essa posição foi apresentada recentemente por mim no livro ‘Projeto [não] Projeto: quando a política rasga a técnica’. Neste livro, resultado de um pós-doutoramento em Filosofia na Universidade Nova de Lisboa supervisionado por Nélcio Conceição e junto com as boas trocas intelectuais com Adriana Serrão e Dirk Hennrich na Universidade de Lisboa, proponho uma radicalização do pensamento de projeto a partir de três movimentos: uma negativa; uma torção e

um espaçamento. A negativa como um primeiro movimento de interrupção de uma realização técnica imposta pela lógica hegemônica do capital em relação à produção do espaço e a transformação da paisagem em mercadoria; como um segundo movimento, a torção do enunciado que tem por objetivo incluir no debate da produção do espaço as diferenças, incluindo uma outra narrativa que até então estava ausente no processo de enunciação; e o espaçamento como um movimento de ampliação temporal e abertura ao debate público do projeto a fim de incluir as divergências e os conflitos a partir de novos olhares e novas relações espaço-temporais.

A abertura ao sentido de projeto da paisagem que está pautada aqui busca borrar etapas consagradas como leitura, projeto e reflexão. Desse modo, me sinto contemplado no pensamento de Dirk Hennrich quando pensa a Filosofia da Paisagem. Para ele, a paisagem deve ser pensada no entrecruzamento de estética, ética e metafísica, sendo que “essas áreas não apenas se constroem historicamente – primeiro a contemplação da paisagem, depois a modelagem da paisagem, depois a questão do modo próprio de viver na paisagem e de manter a paisagem e depois a consideração do desejo metafísico de consciência da paisagem – eles também estão interligadas horizontalmente, interagindo ao mesmo tempo e no mesmo lugar enquanto o corpo sensível passeia pela paisagem” (2019, p. 64).

O projeto pode ser tomado como ação-não-efetiva que faz ver; que dar a ver. E, portanto, se expressa mais como potência do que como ato. Nesse sentido, projeto não é obra, é aproximação e distância;

é possibilidade de algo vir a acontecer ou não. Ao pensar a noção de projeto junto à categoria de horizonte não estamos falando de novas paisagens produzidas para contemplação estética, mas de que horizonte existencial ainda temos pela frente.

Para finalizar...

Para finalizar, retomo a ideia central que dá sentido a este texto: o duplo-horizonte e a perspectiva de um ato de projeto. O horizonte na paisagem é sempre uma aproximação e consciência de uma finitude seja pela percepção de um campo visual, seja pela consciência de uma finitude existencial, portanto, sempre atravessado por um sentido estético e ético; e o ato de projeto é sempre um motor transformador, mas que deve ser responsabilizado por essas modificações da paisagem a partir da inclusão de sua negativa. Um dos objetivos deste texto era recuperar o sentido de horizonte que surge fortemente no pensamento de Georg Simmel, mas que a partir de um pensamento ambientalista produzido ao longo do século XX, se dilui e por vezes desaparece a ponto de mesclar com a própria noção de ambiente. Acredito ser possível dar um novo contorno a esse conceito simmeliano a partir da noção de profundidade e horizonte em Michel Collot e em Jean-Marc Besse. Assim, a questão não é contrapor o olhar ao viver a paisagem, mas encontrar um denominador comum que possa recuperar esses sentidos em um único termo. Esse termo, para mim, é o duplo-horizonte.

Bibliografia

- ASSUNTO, R. (2011), “Paisagem – Ambiente – Território: uma tentativa de clarificação conceitual”, in: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 126-129.
- BERLEANT, A. (2011), “A estética da arte e a natureza”, in: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 282-298.
- BECKETT, S. (2007), *Molloy*, Editora Globo, São Paulo.
- BERQUE, A. (2011), “A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra: para uma problemática do mundo ambiente” [1993]. in: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 187-199.
- BERQUE, A. (2011), “O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica” in: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 200-214.
- BESSE, J. (2014a), *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*, EdUERJ, Rio de Janeiro.
- BESSE, J. (2014b), *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- COLLOT, M. (2013), *Poética e filosofia da paisagem*, Editora Oficina Raquel, Rio de Janeiro.
- DARDEL, E. (2015), *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- HENNRICH, D. “Landscape as a forthcoming paradigm”, in: Serrão, A.; Reker, M. *Philosophy of landscape: think, walk, act*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 49-65.
- RANCIÈRE, J. (2021), *O método da cena*, Quixote Do, Belo Horizonte.
- REYES, P. (2019), “Um habitar menor”, *Revista PosFAUUSP*, Vol. 26, No. 49, pp. 01-14.
- REYES, P. (2022), *Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica*, Editora Sulina, Porto Alegre.
- SERRÃO, A. (2011), *Filosofia da Paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SERRÃO, A. (2011), *Filosofia da Paisagem: estudos*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SIMMEL, G. (2009), *Filosofia da paisagem*, Universidade da Beira Interior, Covilhã.